



Mestrado em Educação
Revista Profissão Docente

UNIUBE – Universidade de Uberaba

ISSN:1519-0919

www.uniube.br/propep/mestrado/revista/



UNIUBE
Educação e Responsabilidade Social

PEDAGOGIA: OS MARCOS HISTÓRICOS, A IDENTIDADE PROFISSIONAL E AS NOVAS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS

GONÇALVES, Sônia

Possui graduação em Ciências pelo Instituto superior de Ciências, Artes e Humanidades de Lavras (1987) . Atualmente é Efetivo através de concurso do E.E.Narciso de Queirós.

DONATONI, Alaíde Rita

Aluna da quarta turma do programa de Mestrado em Educação da Universidade de Uberaba/Uniube, Uberaba (MG), 2006. ii Alaíde Rita Donatoni – Professora do Mestrado em Educação da UNIUBE.

alaide.donatoni@uniube.br



Mestrado em Educação
Revista Profissão Docente

UNIUBE – Universidade de Uberaba

ISSN:1519-0919

www.uniube.br/propep/mestrado/revista/

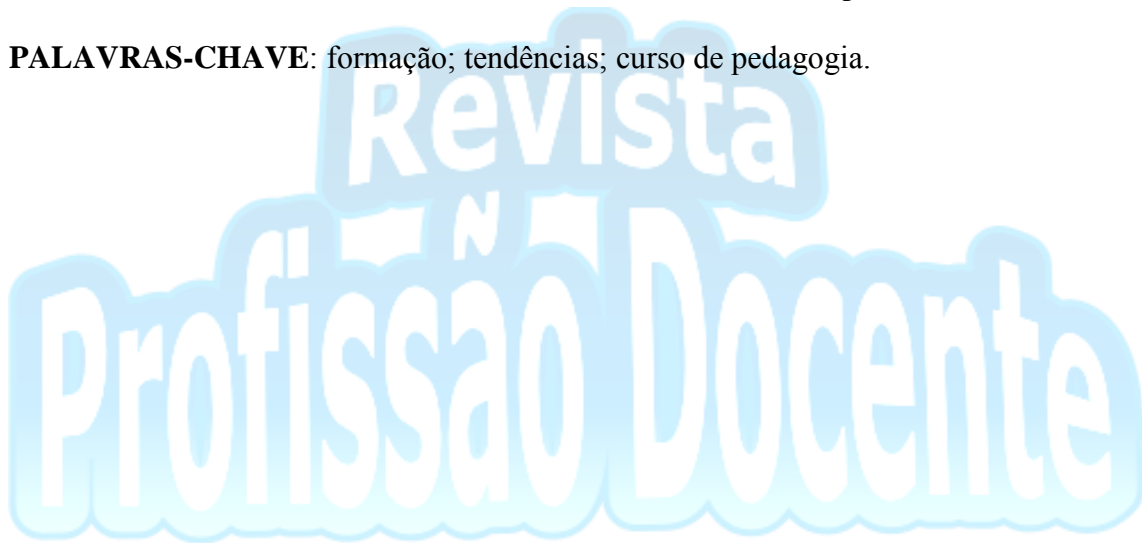


UNIUBE
Educação e Responsabilidade Social

RESUMO

Com base em pressupostos apontados na literatura sobre o curso de Pedagogia no Brasil desde sua criação, em 1939, este artigo enfoca os marcos históricos de relevância para compreensão de questões que envolvem a identidade do/a pedagogo/a perante os desafios e as novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) — homologadas em abril de 2006. Este estudo é parte de uma pesquisa de campo e documental em meio a pedagogos/as coordenadores/as de cursos de Pedagogia, pedagogos/as que atuam em espaços escolares e pedagogos/as gestores/as em espaços não escolares na cidade de Uberlândia (MG). Visa identificar tendências de formação do/a profissional de pedagogia e as demandas da sociedade relativas a informação e conhecimento entre 2000 e 2006. É uma contribuição para os avanços que se fazem necessários ao curso de Pedagogia e à identidade profissional de pedagogos/as ante os desafios contemporâneos da sociedade, do mercado de trabalho e das tendências indicadas pelas novas DCN.

PALAVRAS-CHAVE: formação; tendências; curso de pedagogia.





Mestrado em Educação
Revista Profissão Docente

UNIUBE – Universidade de Uberaba
ISSN:1519-0919

www.uniube.br/propep/mestrado/revista/



UNIUBE
Educação e Responsabilidade Social

A complexidade que envolve a pedagogia e os cursos de Pedagogia se acentua quando se observam os vários formatos curriculares e as muitas posições dos fundamentos básicos tendo em vista a diversificada realidade educacional do país. Por isso, é crucial incentivar a produção de mais estudos, pesquisas e debates que rompam essa complexidade, rumo à compreensão do que a pedagogia deve conter do ponto de vista curricular.

De certa forma, este texto busca convergir para essa produção ao propor uma reflexão sobre a relação entre pedagogia, cursos de Pedagogia, tendências, novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) e emergências apontadas para o/a pedagogo/a pela sociedade contemporânea. As idéias aqui expostas e comentadas compõem um estudo mais amplo em andamento (pesquisa de mestrado), que objetiva compreender como ocorre a construção de identidade do/a pedagogo/a na formação profissional e diante das demandas de atuação escolar e não escolar. Para tanto, apóia-se em dados provenientes de profissionais da pedagogia — formadores de pedagogos/as em Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e privadas —, na literatura sobre o tema, na leitura de propostas curriculares das IES e em entrevistas concedidas por profissionais da pedagogia atuantes em escolas, organizações governamentais e organizações não governamentais (ONGs) de Uberlândia (MG), entre 2000 e 2006.

Com base em dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), verifica-se que, na década de 1980, surgiram cursos de Pedagogia com projetos pedagógicos autorizados e reconhecidos pelo então Ministério da Educação e Cultura (MEC). Como esse fato deixaria entrever tendências que poderiam fortalecer ou não o estatuto epistemológico da pedagogia, as diversas pedagogias definidas nesse período merecem ser entendidas pelo viés do que os cursos apresentam como propostas curriculares e como estas contribuem — e se, de fato, contribuem — para a compreensão de questões relativas à identidade do curso de Pedagogia. Dentre tais questões, as novas DCN suscitam uma compreensão mais



Mestrado em Educação
Revista Profissão Docente

UNIUBE – Universidade de Uberaba
ISSN:1519-0919

www.uniube.br/propep/mestrado/revista/



UNIUBE
Educação e Responsabilidade Social

precisa porque determinam a formação com base na docência e indicam a gestão como possibilidade. Se isso sinaliza a abertura à atuação em espaços escolares e não escolares, também amplia a complexidade que acompanha historicamente a identidade profissional do/a pedagogo/a.

MARCOS HISTÓRICOS: IDENTIDADE PROFISSIONAL EM QUESTÃO

A pedagogia a que se refere este estudo pode ser definida — conforme a concepção de Melo (2006) — como síntese pedagógica que busca em ciências “irmãs” subsídios para o entendimento das implicações social, filosófica, histórica, antropológica e política presentes na articulação contínua da teoria com a prática, e destas com o que as singulariza: objetos, questões e métodos. Em sua discussão sobre pedagogia e o curso de formação, essa autora trata da pedagogia como: ciência e teoria da educação que se dilui em outras ciências; docência — como modalidade essencial de prática pedagógica que não se destina só a pedagogos/as; estrutura curricular do curso para licenciatura e bacharelado. Essa discussão aponta questões que clamam por reflexões mais aprofundadas para não se perpetuar o erro histórico de fragilizar o estatuto epistemológico no “corpo” do curso de Pedagogia.

Vários autores e várias autoras têm tratado das transformações por que passou a pedagogia ao longo das décadas, sobretudo as relativas à pedagogia e à identidade profissional no âmbito histórico, epistemológico e filosófico. Dentre eles, destaca-se Melo (2006, p. 247), para quem uma “uma breve retrospectiva histórica sobre a pedagogia é importante” porque identifica problemas e esta não tem seu estatuto epistemológico fortalecido nem seus aportes valorizados na sociedade e na organização e estruturação do próprio curso. Ainda hoje se pergunta quem é o pedagogo? O que faz? Como e onde pode atuar? São questões que suscitam dúvidas, inseguranças e conflitos internos e externos que, muitas vezes, revelam o (des)conhecimento desse profissional ao se deparar com seu fazer pedagógico.



Mestrado em Educação
Revista Profissão Docente

UNIUBE – Universidade de Uberaba
ISSN:1519-0919

www.uniube.br/propep/mestrado/revista/



UNIUBE
Educação e Responsabilidade Social

Segundo Melo (2006), o curso de Pedagogia é o “locus” que reúne saberes próximos de outras áreas de formação, seja como “práticas” ou “gênese histórica”. Para Cambi (1999), tais saberes deixam entrever várias transformações históricas emancipatórias — da metafísica aos conhecimentos “científicos” e às reflexões filosóficas do discurso pedagógico articulado com o discurso político e com a ideologia — e contribuem para a pluralidade expressa na singularidade da pedagogia como filosofia e ciência entre a teoria e a prática.

No dizer de Silva (2003), a discussão da identidade do curso de Pedagogia no país data de 1939, quando foi instituído via decreto-lei (1.190), que institui, também, a “marca” da imprecisão conceitual do curso ao tratar de sua principal função frente aos conteúdos próprios que deveriam esclarecer a necessidade de sua existência. Todavia, essa questão não foi tratada com a devida propriedade, como aponta Silva (2003). Segundo essa autora, as disciplinas que compunham o curso refletiam uma indefinição que se evidenciava na atuação do/a pedagogo/a de forma isolada: ambos — curso e atuação — pareciam se alienar.

Alguns questionamentos se impuseram: a quem caberia o estudo sobre este campo do conhecimento? Quem investigaria as relações entre atuação profissional e proposta curricular dos cursos de pedagogia? A quem caberia investigar a falta de estudos e debates aprofundados sobre tais relações? Essas perguntas sugeriam certa indefinição, certa imprecisão; e isso parece se traduzir no “desconforto” provocado por estudantes de outros cursos quando se dirigiam aos de Pedagogia de forma irônica como: o pedagogo é um especialista de generalidade ou [...] o pedagogo é um especialista de coisa nenhuma [...] um curso de espera marido” (SILVA, 2003, p. 14), assim como nos estudantes de Pedagogia que apresentam, em sala de aula, seus sentimentos de desvalia e baixa auto-estima em relação ao “vir a ser”. Perpetuado histórica e culturalmente, esse estigma deve ser considerado para se superar a “imprecisão conceitual”(LIBÂNEO, 2005); isto é, ter mais clareza do papel reservado



aos formadores/as de pedagogos/as neste tempo de diversidade. Para isso, pressupõe-se o fortalecimento epistemológico da pedagogia tendo em vista as necessidades da prática pedagógica e os processos educativos.

GÊNESE DO CURSO DE PEDAGOGIA

Silva (2003) reconhece quatro períodos na gênese do curso de Pedagogia, os quais merecem reflexões, sobretudo as questões relativas à identidade profissional. O Quadro 1 resume esses períodos e permite ver os processos presentes na trajetória de formação do/a pedagogo/a.

QUADRO 1 – Demonstrativo de marcos históricos

Período	Marcos	Questões
1939–1972	Regulamentações	Identidade questionada
1973–1978	Indicações	Identidade projetada
1979–1998	Propostas	Identidade em discussão
1999–...	Decretos	Identidade outorgada

Fonte: SILVA, 2003.

Segundo Silva (2003), o período de identidade questionada é marcado pela falta de regulamentações para o/a pedagogo/a, que não tem destino profissional pelas poucas condições de mercado de trabalho. Por isso se delimita a cargos técnicos do Ministério da Educação e Cultura (MEC) que não exigiam diploma de curso superior. De 1960 a 1962, questionaram-se a existência do curso e a falta de conteúdo próprio. Nem o parecer 251/62 — formar o técnico pelo bacharelado e o docente para disciplinas pedagógicas pela licenciatura, proposta do conselheiro Valnir Chagas — supera a polêmica da formação: falta ainda delimitar e regulamentar a profissão.

Em 1968, tem-se a reforma universitária; em 1969, o parecer 252 do Conselho RPD – *Revista Profissão Docente, Uberaba, v.7, n. 15, p. 1-14 jan/jul .2007* – ISSN 1519-0919



Mestrado em Educação
Revista Profissão Docente

UNIUBE – Universidade de Uberaba
ISSN:1519-0919

www.uniube.br/propep/mestrado/revista/



UNIUBE
Educação e Responsabilidade Social

Federal de Educação (CFE) — também apresentado por Chagas. Aqui se propõe um só diploma para habilitar especialistas com um núcleo comum guiado por fundamentos de educação e habilitação específica, com disciplinas técnicas para cada especialista. Com isso, fragmentava-se a organização curricular do curso, e o resultado foi a insatisfação dos estudantes ante a insuficiência técnica, as exigências do mercado de trabalho e a imprecisão de um currículo generalista.

No dizer de Silva (2003), o parecer do CFE (252/69) — o mais fértil das três regulamentações apresentadas — influenciou, de forma estéril, a delimitação do mercado de trabalho quanto à formação do/a pedagogo/a pela fragmentação curricular que se apresenta em 1969, com a idéia de se formar o/a professor/a das séries iniciais. Pode-se reconhecer aí o surgimento da “crise de identidade”.

O período da identidade projetada (1973–1978) é caracterizado pelas indicações feitas pelo conselheiro Valnir Chagas, em 1970, das quais algumas foram homologadas e sustadas em 1976. Isso desencadeia um movimento social que culmina no processo iniciado pelo conselheiro e deixa para o futuro a projeção de identidade — ainda não delimitada. Para Silva (2003), Chagas faz aflorar o impasse da identidade do/a pedagogo/a com a extinção do curso de Pedagogia e a proposta de formar o/a pedagogo/a na pós-graduação. Contudo, as idéias sobre as licenciaturas interrompem o processo do CFE, em 1970, ao defenderem a formação político-educacional de licenciados, a formação de educadores/as como processo contínuo e a manutenção do curso de Pedagogia com estrutura de curso fundado na ação, vinculando teoria e prática.

O período da identidade em discussão (1979–1998), ainda no dizer de Silva (2003), é o mais longo de todos. Essa autora afirma que ele é marcado pela reativação, pelo MEC, das indicações sustadas. Ao lado do movimento pró-formação de educadores no Brasil (conduzido por docentes e discentes universitários) e seus documentos, essas indicações se tornam fontes preciosas de referência para cursos de Pedagogia e a identidade do/a pedagogo/a. Silva (2003) informa que, em 1980, o debate



Mestrado em Educação
Revista Profissão Docente

UNIUBE – Universidade de Uberaba
ISSN:1519-0919

www.uniube.br/propep/mestrado/revista/



UNIUBE
Educação e Responsabilidade Social

ganha projeção nacional com a 1ª Conferência Brasileira de Educação, promovida pela Pontifícia Universidade Católica/PUC de São Paulo. O movimento em prol da reformulação dos cursos de formação de educadores desencadeado pelo comitê nacional se fortalece com os comitês regionais e a articulação de associações e entidades de educadores e estudantes e influencia o CFE, que enfrenta dificuldades em equacionar as diferentes posições apresentadas pelo movimento. Vale ressaltar que a legislação dos cursos de formação vigorou por 30 anos: de 1969 até a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases/LDB (lei 9.394) em 1996. Nesse intervalo, impôs-se a consciência da complexidade que envolve a área pedagógica e as questões em torno da identidade do/a pedagogo/a.

Entre 1981 e 1986, a força desse movimento apresenta uma ambivalência que contém, em seu cerne, um compromisso de formação do/a professor/a educador/a cuja base da identidade profissional é a docência. A base comum nacional para essa formação apresenta uma nova relação entre licenciatura e bacharelado: o aspecto estrutural dos cursos. Embora tal ambivalência se evidencie com as divergências entre os segmentos que lideram o movimento nacional, o curso de Pedagogia é recuperado ao se explicitar o conteúdo dessas divergências com teorias da educação e com a dinâmica e organização da educação brasileira como processo de ensino e aprendizagem, áreas de concentração ou campos de estudos.

Se a idéia da Pedagogia como curso se fortaleceu com o movimento, sua existência não reapareceu, e os impasses quanto à identidade do/a pedagogo/a permaneceram nos relatórios. Estes apontavam diferentes tendências para conciliar a aplicação dos princípios firmados nos debates com a imposição da legislação vigente. Com isso, a reformulação dos cursos é debatida e a busca pela superação tecnicista se intensifica significativamente. Antigas questões sobre a formação profissional e a estrutura do curso esgotam as possibilidades de definição de uma identidade por meio da atividade profissional, do mercado e do potencial de trabalho do/a pedagogo/a.



Mestrado em Educação
Revista Profissão Docente

UNIUBE – Universidade de Uberaba
ISSN:1519-0919

www.uniube.br/propep/mestrado/revista/



UNIUBE
Educação e Responsabilidade Social

Assim, se há vínculos diretos entre a estrutura do curso de Pedagogia e o campo de conhecimento e de investigação, ainda falta explicitar as dimensões teórico-epistemológica e prático-institucional da pedagogia para nortear a definição da identidade do/a pedagogo/a e a construção da estrutura curricular compatível.

Em 1990, a identidade do curso deixa de ser central no movimento — então liderado pela Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (Anfope). Das especificidades do curso de Pedagogia, o foco muda para a formação de educadores/as como “base comum nacional”, desencadeando a sistematização dos princípios norteados pela entidade. Em 1996, a nova LDB introduz indicadores para a formação de educadores/as para a educação básica e o curso de Pedagogia, assim como retoma a discussão da identidade com novas questões, dentre as quais, a de que o Curso Normal superior apresenta especulações sobre o que tinha como função básica: a formação de docente. Assim, torna-se plausível a possibilidade de extinção do curso de Pedagogia, que o deixa numa posição ambígua; e a elaboração de suas propostas fica a cargo das universidades conforme suas interpretações da LDB. Logo, se falta regulamentação aos institutos superiores e às demais Instituições de Ensino Superior (IES), a tarefa de formação de professores/as se torna mais confusa. Em 1998, a Comissão de Especialistas de Pedagogia (CEEP) é renovada e recebe — segundo Silva (2003) — mais de 500 propostas do movimento nacional. Porém, não consegue cumprir sua tarefa de integração para compor um panorama mais abrangente nem intermediar os conflitos históricos com suas diferentes posições sobre as funções dos cursos de Pedagogia no Brasil.

Para superar a fragmentação apresentadas pelas habilitações, a idéia de manter o curso de Pedagogia e as licenciaturas é revisada. Isso porque estas possibilitariam às IES se organizarem para elaborar suas propostas curriculares com foco no “núcleo de base comum nacional” e na docência como base para a identidade profissional de todos os profissionais da educação. Logo, seria possível superar as dicotomias entre formação



Mestrado em Educação
Revista Profissão Docente

UNIUBE – Universidade de Uberaba
ISSN:1519-0919

www.uniube.br/propep/mestrado/revista/



UNIUBE
Educação e Responsabilidade Social

de pedagogos/as e demais licenciados.

Nesse contexto, a Anfope formula a “Política educacional global de formação e a profissionalização” para o magistério e, concomitantemente, trata da formação inicial in locu, das condições de trabalho, do salário, da carreira e da formação continuada. Essa ação se materializa no “Documento de proposta das DCN” para cursos de formação dos profissionais da educação, e não mais necessariamente para pedagogia. Logo, a associação afirma seu papel crucial nesse período ao definir eixos para essa “base comum nacional” e propor, como articuladores da formação inicial com a formação continuada, a sólida formação teórica, a unidade entre teoria e prática, a gestão democrática, o compromisso ético-profissional, o trabalho coletivo e a interdisciplinaridade.

No rastro da Anfope, surgem outros segmentos, como o Grupo de Trabalho (GT) Pedagogia, durante o 5º Congresso Estadual Paulista sobre formação de professores, em 1998. Segundo Silva (2003), a postura desse grupo se difere do posicionamento da Anfope: enquanto esta reafirma a manutenção do curso de Pedagogia nos cursos de formação de educadores/as, deixando em aberto sua estruturação e função; aquele afirma que as universidades devem ser o espaço de formação do/a professor/a e aponta alguns indicadores, apresentados nesse período histórico.

Dito isso, depreendem-se desse período questões indicativas da definição da identidade do/a pedagogo pela centralização da teoria sobre a prática do processo educativo para qualquer espaço de demandas educacionais e sua função de formar professores/as para a educação infantil e as séries iniciais; para a escola normal; para educadores/as sociais e pedagogos/as para empresas, comunicação, tecnologias e outras áreas de atuação. Surge então uma tendência à flexibilização curricular para formar o/a pedagogo/a tendo em vista a superação da disciplinarização. Enfim, nesse longo período de identidade em discussão, aponta-se a finalidade para o curso de Pedagogia: produzir conhecimento na área de educação e se fortalecer como espaço de reflexão sobre



Mestrado em Educação
Revista Profissão Docente

UNIUBE – Universidade de Uberaba
ISSN:1519-0919

www.uniube.br/propep/mestrado/revista/



UNIUBE
Educação e Responsabilidade Social

teorias, sobre a inserção destas na prática pedagógica e sobre a prática como norteadores das funções do curso — às quais se acrescentam outras para o trabalho não escolar. Segundo Silva (2003), o período de identidade outorgada começa em 6 de maio de 1999, quando a CEEP acata o documento apresentado pela Anfope. Os princípios que abrangem as diversas tendências de formação são mantidos na proposta a ser apresentada ao Conselho Nacional de Educação (CNE) para a elaboração das novas DCN. Bastante abrangente, a proposta da CEEP permanece na Secretaria de Ensino Superior do MEC, para depois ser encaminhada ao CNE. Ela inclui as funções apresentadas para o curso de Pedagogia e abre possibilidades para o/a pedagogo/a; também lhe define, com um pouco mais de clareza, o perfil comum. A proposta se caracteriza pela “flexibilidade” ao indicar conteúdos básicos, conteúdos de aprofundamento/diversificação e os estudos independentes. Sua base comum é a docência.

Contraditoriamente, o parecer do CES 970/99 regulamenta os Institutos de Ensino Superior (ISES) e anula a possibilidade de o curso de Pedagogia se voltar à formação de docentes das séries iniciais do ensino fundamental e para a educação infantil. Para tanto, usa duplo sentido, por omissão e talvez de forma grosseira, ao interpretar — segundo Silva (2003) — os artigos 62, 63 e 64 da LDB. Têm início, então, intensas manifestações contrárias.

Silva (2003) reconhece ainda, neste momento, a marca dos decretos do Poder Executivo com tendência evidente a duas alternativas para formação do/a pedagogo/a com projetos acadêmicos distintos — docência como base da organização curricular; identidade profissional —, que podem ser desenvolvidos nos cursos Normal Superior e Pedagogia. As novas DCN, os desafios e as possibilidades de mudança.

Após examinar a literatura apresentada nesse longo movimento de renovação da educação brasileira, Brzenzinski (1996) afirma ser necessário focar o curso de Pedagogia como evolução da inserção na práxis educacional daqueles/as que estão no



Mestrado em Educação
Revista Profissão Docente

UNIUBE – Universidade de Uberaba
ISSN:1519-0919

www.uniube.br/propep/mestrado/revista/



UNIUBE
Educação e Responsabilidade Social

papel de formadores/as de pedagogos/as, estudando, sobretudo, a história da educação brasileira. Como a história se constrói permanente, ao pesquisador cabe avançar nos novos estudos e nas investigações sobre a identidade e as tendências de formação do/a profissional de pedagogia. Nessa ótica, não seria plausível pensar que a homologação das novas DCN (abril/ 2006) conclui esse período e inicia outro? E que período seria este: o da consolidação dos princípios apresentados pelo movimento nacional liderado pela Anfope e debatidos por vários segmentos da sociedade contemporânea? Ou haveria um recuo à imprecisão conceitual, ainda marcante no texto da resolução que homologa as novas DCN? Mais que isso, as IES estariam abertas e preparadas para lidar com a complexidade das questões peculiares ao curso de Pedagogia e da identidade profissional?

Os períodos indicados por Silva (2003) instigam uma análise mais detalhada dos debates, das reflexões e dos encaminhamentos atuais — delineados por outros segmentos emergentes no processo de movimento nacional, como Fórum Nacional de Pedagogia (Fonape), iniciado em Belo Horizonte (MG), em 2000. Também suscitam um olhar mais apurado às tendências de formação das IES, sobretudo na cidade de Uberlândia (MG), e às demandas nos diversos contextos abertos ao/a pedagogo/a após a homologação das DCN, os espaços escolares e os não escolares como possíveis âmbitos de atuação para o/a pedagogo/a.

Acima de tudo, é preciso ter mais visibilidade das tendências que cercam a formação de pedagogos/as: quais são as implicações para a educação infantil, os anos iniciais do ensino fundamental, a educação especial, a educação no campo, a educação de jovens e adultos, a educação corporativa, a educação para a cidadania, a educação a distância, a informática aplicada à educação e a gestão nos diversos espaços de atuação que se espera do/a pedagogo/a?



Mestrado em Educação
Revista Profissão Docente

UNIUBE – Universidade de Uberaba
ISSN:1519-0919

www.uniube.br/propep/mestrado/revista/



UNIUBE
Educação e Responsabilidade Social

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudos recentes sugerem que a pedagogia, ainda, vive a antiga crise de identidade. Ainda se pergunta qual é a base do curso de Pedagogia, pois os conteúdos e espaços de atuação tratados pelas novas DCN são imprecisos. Segmentos que conduzem este debate como a Anfope e seus desdobramentos (tais como Fonape e Fórum de Diretores das Faculdades de Educação das Universidades Federais/Forundir) defendem a docência como base; mas há quem insista na reafirmação do que já se diz há 26 anos. Os debates estão num momento rico de controvérsias, contradições e grandes possibilidades — é plausível pensar até que estão num novo período: o da resignificação e do redimensionamento da pedagogia. Se assim o for, não resta opção: ou há uma reversão da história em prol da identidade orientada pela profissionalidade docente, ou se perpetuarão as fragilidade até então apontadas por alguns educadores. Por isso, é preciso avançar rumo a novas abordagens e práticas na pedagogia, sobretudo com seu estatuto epistemológico próprio e fortalecido pelo conhecimento de quem estuda, pesquisa e discute com profundidade a educação, o desenvolvimento humano, as transformações da sociedade da informação e do conhecimento.

REFERÊNCIAS

BRZEZINSKI, Iria. Pedagogia, pedagogos e formação de professores. Campinas (SP): Papirus, 1996.

CAMBI, Franco. História da pedagogia. São Paulo: ed. da Unesp, 1999.

KUENZER, Acácia Z.; RODRIGUES, Marli de F. As diretrizes curriculares para o curso de Pedagogia: uma expressão de epistemologia da prática. In: ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICA DO ENSINO, 12., Recife. Anais: UFPE, 2006.

LIBÂNEO, José Carlos. Pedagogia e pedagogos, para quê? São Paulo: Cortez, 2005.

MELO, Márcia M. de O. Pedagogia e curso de Pedagogia: riscos e possibilidades



Mestrado em Educação
Revista Profissão Docente

UNIUBE – Universidade de Uberaba

ISSN:1519-0919

www.uniube.br/propep/mestrado/revista/



UNIUBE
Educação e Responsabilidade Social

epistemológicos face ao debate e às novas DCNs sobre esse curso. Campinas (SP): Autores Associados, 2006.

OLIVEIRA, Carla K. M. Pedagogia em crise de identidade. Presença pedagógica, v. 12, n. 71, set.–out./2006.

SILVA, Carmem S. B. Curso de Pedagogia no Brasil: história e identidade. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

Sônia Gonçalves

Possui graduação em Ciências pelo Instituto superior de Ciências, Artes e Humanidades de Lavras (1987) . Atualmente é Efetivo através de concurso do E.E.Narciso de Queirós.

Alaíde Rita Donatoni

Aluna da quarta turma do programa de Mestrado em Educação da Universidade de Uberaba/Uniube, Uberaba (MG), 2006. ii Alaíde Rita Donatoni – Professora do Mestrado em Educação da UNIUBE.

alaide.donatoni@uniube.br